



Formação de  
Educadores/  
as em/para os  
Direitos  
Humanos: um  
horizonte de  
sentido – uma  
maneira de  
fazer – uma  
forma de ser

***Susana Sacavino\****

---

\* Doutora em Ciências Humanas pelo Departamento de Educação da PUC-Rio. Coordenadora Executiva da ONG Novamerica (Rio de Janeiro), diretora da Revista Novamerica/Nuevamerica, membro da equipe de pesquisa do GECEC (Grupo de Estudos sobre o Cotidiano, Educação e Cultura/s) do Departamento de Educação da PUC-Rio.

O contexto de globalização que vivemos atualmente, longe de ser um processo consensual, é um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro. Este processo propicia e gera os diferentes tipos de globalizações: a hegemônica e a contra-hegemônica. Em todos esses processos, a economia e a cultura – em suas diferentes dimensões: local e global – constituem, cada vez mais, duas faces da mesma moeda. Por isto, é cada vez mais importante afirmar conjuntamente a construção da globalização e a localização contra-hegemônicas a partir das propostas e visões alternativas.

O cotidiano e próximo, o aqui e agora, entretetece-se e se articula com as lutas e as causas mais vastas da humanidade na busca de horizontes de vida em que haja dignidade e respeito para todos/as na qual desde a ótica da Novamerica ([www.novamerica.org.br](http://www.novamerica.org.br)), organização não-governamental com mais de quinze anos de experiência no campo da formação de educadores/as, a educação em/para os direitos humanos cobra relevância e o papel do/a educador/a como um agente cultural torna-se fundamental.

Conceber o/a educador/a como agente cultural dentro desses processos pressupõe situar-se em uma ótica contra-hegemônica, na qual é fundamental que o/a agente cultural desenvolva processos críticos de compreensão e ação sobre a realidade que propiciem a criação de cultura/s e mentalidade/s diferentes, voltada/s para o fortalecimento da construção dos processos contra-hegemônicos.

Um aspecto essencial de nossa proposta é contribuir para que a cultura escolar e a cultura da escola tenham os Direitos Humanos como referência fundamental, a nível teórico e prático, investindo no/a educador/a como agente disseminador e multiplicador desta cultura. Consideramos que, ao abrirmos espaços de ação-reflexão-ação sobre os Direitos Humanos nas escolas, estamos reforçando o compromisso com a democracia e com uma cidadania ativa, nutrindo a esperança de todos/as aqueles/as dispostos/as a desenvolver uma prática educativa participativa e dialógica, aprofundando o campo político em todos os espaços estruturais da interação social.

Neste sentido, destacamos três aspectos que Novamerica considera essenciais nos processos de formação do/a educador/a como um/a agente cultural, que é preciso desenvolver articuladamente. Passam pela conjugação individual e coletiva do verbo reinventar. Reinventar a utopia e reinventar a participação, que ajudam a reinventar a cidadania, o que, em outras palavras, podemos identificar, como um horizonte de sentido, uma maneira de fazer e uma forma de ser.

## **Reinventar a utopia – Um horizonte de sentido**

Pessoas, povos, grupos, movimentos, línguas diversas, gente de diferentes gerações, representantes de diversas correntes políticas, cidadãos e cidadãs comprometidos com as mais diversas causas a favor da justiça social. Nos últimos anos, todos eles se reúnem e congregam, como em um quebra-cabeça multicolor, nas diversas manifestações da sociedade civil que aposta na construção de um mundo diferente. Assim como em um quebra-cabeça, as peças vão sendo encaixadas em cada novo encontro, em cada nova reunião marcada na agenda da mobilização, porque compartilham uma idéia: a necessidade de fazer uma mudança, a vontade de não se resignar diante de uma globalização neoliberal que, podendo adotar outras formas, mostra-nos sua face mais injusta, mais desumana, mais desigual. Todos eles estão unidos pela convicção e pelo desafio de que “outro mundo é possível”.<sup>1</sup> Possível de ser sonhado, possível de ser construído. Outro mundo é possível com vida digna e com qualidade para todos e todas, o que é simbolizado na proposta do Fórum Social Mundial (SACAVINO, 2002).

Esta concepção de luta, participação e política permite que se construa um horizonte de sentido e esperança. A articulação dos excluídos e dominados – aparentemente vencidos pelo sistema – em amplas redes de resistência e de construção de um novo mundo, capazes de enfrentar e de ir desconstruindo as redes de dominação até seus últimos vasos capilares, é um dos caminhos alternativos de afirmação da globalização contra-hegemônica e de reinvenção da utopia.

A proposta de criar “outro mundo possível”, “um mundo em que caibam todos os mundos”<sup>2</sup>, aponta para a construção de uma democracia de iguais diferentes, sem hierarquias, democracia do consenso e não das maiorias (que, como sabemos, sempre representam uma pequena minoria que se perpetua no poder), democracia de todos/as. Para criar esse “outro mundo possível”, não é necessário tomar o poder através do governo, e sim ter uma nova concepção do uso do poder em que este não seja sinônimo de força, hierarquia e subordinação, mas um elemento que possa ser reconhecido e construído no jogo das relações cotidianas.

O/a educador/a agente cultural é chamado a desenvolver práticas educacionais que ajudem a descobrir as sementes do poder que cada um/a carrega dentro de si no plano individual e no coletivo. Não basta descobrir a semente; é necessário fazê-la crescer, desenvolver-se e germinar em verdadeiras relações de empoderamento individual e coletivo que transformem a realidade.

Com esse intuito, a Novamerica desenvolve anualmente um programa de formação concebido com diferentes estratégias que se articulam entre si destinado a formação continuada dos/as professores/as especialmente das escolas públicas. O programa atinge um total de 120 horas anuais, 66 das

---

<sup>1</sup> Lema do Fórum Social Mundial.

<sup>2</sup> Subcomandante Marcos.

quais através da atuação direta e 54 da atuação indireta, além de aproximadamente 30 horas de atividades de enriquecimento e/ou aprofundamento eletivas.

Uma estratégia importante desenvolvida para a implementação do programa são os ciclos de oficinas pedagógicas. A oficina pedagógica é concebida como um espaço de construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de um confronto e intercâmbio de experiências e de exercício dos Direitos Humanos. As dinâmicas utilizadas envolvem a participação, a socialização da palavra e a vivência de situações concretas. Pretende-se que as oficinas colaborem a reforçar a conscientização e a dimensão ética, assim como a aprofundar no compromisso sociopolítico inerente a luta e à educação em Direitos Humanos. Os conteúdos planteados na formação são enfocados na linha de construção de um conhecimento emancipador desde a ótica dos direitos humanos, que contribua para o fortalecimento da democracia emancipatória, num mundo dominado pelo conhecimento como regulação.

O programa do ciclo de oficinas é estruturado anualmente através do lema de trabalho escolhido pela equipe e os participantes das atividades da Novamerica. Esse lema, que sempre tem relação com a educação em direitos humanos e a cidadania, é desenvolvido em forma de campanha e orienta as atividades e os conteúdos produzidos pela instituição. Ao longo do ano o lema vai sendo aprofundado desde diferentes dimensões e ângulos.

A título de exemplo, enumeramos os lemas correspondentes aos quatro últimos anos:

“Paz: Direito de tod@s! Entre nessa, abrace esta luta!” (2005)

“Educação de Qualidade não é privilégio! É direito de tod@s”. (2006)

“Educadores/as em rede: participação e cidadania”. (2007)

“Tecer a cidadania, construir o coletivo, afirmar os direitos humanos”. (2008)

### **Reinventar a participação – Uma maneira de fazer**

Nos últimos anos, a participação – associada à idéia de democracia ou de democratização, em um enfoque de processo – tem sido ou muito festejada e exigida, ou encarada como uma ação quase “fora de moda” que, afinal, não se mostrou muito útil na construção das democracias de baixa intensidade, assentadas na força e no poder de exclusão do mercado, gerando atitudes de apatia e passividade.

Reinventar a participação a partir do enfoque de construção contra-hegemônica pressupõe entendê-la como um processo complexo e contraditório entre a sociedade civil, o Estado e o mercado, no qual os papéis são redefinidos por meio do fortalecimento dessa sociedade civil através da atuação organizada de indivíduos, grupos e associações. Esse fortalecimento ocorre, por um lado, por meio do exercício de deveres e responsabilidades políticas específicas e, por outro, com a criação do exercício de direitos; além disto, implica o controle

social do Estado e do mercado, segundo parâmetros definidos e negociados nos espaços públicos pelos diversos atores sociais e políticos. (TEIXEIRA, 2001)

É importante destacar a dimensão educativa da participação e sua função pedagógica do ponto de vista da construção e afirmação da mentalidade contra-hegemônica. A participação tem de ajudar a perceber as estruturas dominantes de poder de que estão impregnados os diferentes aspectos da vida. É um exercício que pressupõe que se revele a realidade e se ajude a construir visões lúcidas desta a partir dos caminhos alternativos. Neste sentido, a informação é importante para o conhecimento, mas não se reduz ao acesso, exigindo também compreensão, reflexão, inter-relação, bem como capacidade individual e coletiva de construir argumentos e questões que possam ser incluídos na agenda pública. Significa propiciar a compreensão e a desmontagem do sistema hierárquico, excludente e opressor que estrutura a realidade, com vistas a propor o exercício de construir um sistema incluyente, que vise ao bem comum. Trata-se de uma construção cotidiana, articulando tanto as diferentes dimensões – local, nacional e global – como as diferentes esferas: política, econômica, social, cultural, etc.

O aspecto mais inovador do trabalho da Novamerica é a promoção desde o final da década de 1990 de um Movimento de Educadores/as em Direitos Humanos (MEDH).

A Novamerica apostou nessa direção investindo na criação do movimento, com educadores/as de escolas públicas, entendendo-o desde esse momento, como um movimento integrante dos variados movimentos organizados da sociedade civil e como lócus onde se desencadeiam processos formativos a partir de uma educação na ação e onde se gesta um sujeito coletivo que luta por uma cidadania coletiva e uma democracia como estilo de vida.

Gohn (2005:16) afirma que “a educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania”. Porque a cidadania se constrói como um processo interno, no interior da prática social, como fruto do acúmulo das experiências engendradas. Desta forma, a cidadania coletiva constitui novos sujeitos históricos no cotidiano, através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram.

A organização e a participação são uma estratégia importante que caracteriza o Movimento de Educadores/as em Direitos Humanos como um espaço de formação continuada de professores/as, concebida em núcleos locais aglutinadores dos educadores/as participantes, a partir da irradiação do trabalho de Novamerica. Cada pólo nucleia participantes que trabalham em diferentes escolas públicas da mesma cidade ou também podem ser de diferentes cidades da região.

No momento atual o MEDH conta com 371 educadores/as afiliados, distribuídos em 6 núcleos, envolvendo 12 cidades entre a capital e o interior do Estado do Rio de Janeiro.

Outro espaço importante que também faz parte da estratégia de organização e participação do MEDH são os Encontros que vêm sendo realizados desde o ano de 2001. Estes encontros são de dois níveis, um anual

por Região, que acontece no primeiro semestre de cada ano e um Encontro Estadual no segundo semestre de cada ano, que congrega os diferentes núcleos do Estado do Rio de Janeiro.

Desde o início esses encontros se concebem com o objetivo de ampliar e fortalecer o MEDH, evidenciando-se desde o primeiro realizado a estrutura da proposta de formar um movimento comprometido com a construção de uma cultura dos direitos humanos na escola. Neste sentido, em cada encontro se utilizam diferentes estratégias para socializar e fortalecer uma cultura dos direitos humanos, tais como: intercâmbio de experiências entre as escolas envolvidas no Programa, realização de exposições com os trabalhos desenvolvidos na sala de aula com os alunos/as sobre o tema, mesas redondas integradas com os próprios educadores/as onde eles apresentam sua experiência ou mesas redondas integradas por especialistas sobre os temas que estão sendo aprofundados nos encontros, debates de experiências pedagógicas desenvolvidas nas escolas, entre outras.

Para ampliar as redes e estreitar os laços o MEDH, também através da Novamerica, participa da Campanha pelo Direito à Educação de alcance nacional e internacional.

### **Reinventar a cidadania – Uma forma de ser**

Não há dúvida de que este é o horizonte de sentido desde a afirmação do Fórum Social Mundial no ano de 2003: “aqui, outro mundo é possível”. A palavra “aqui” não é um mero matiz. “Aqui”, significa que agora, neste exato lugar, neste momento presente, a construção de outro mundo é possível. O “aqui” nos desafia a viver essa maneira de fazer, participativa, que conta com o outro como agente e sujeito de seu próprio destino, que nos transforma e cria uma nova forma de ser individual e coletiva, que nos faz cidadãos/ãs de um mundo globalizado a partir das diferentes localizações.

Essa cidadania assentada nos paradigmas contra-hegemônicos está pautada em uma agenda de inclusão, capaz de promover uma globalização e uma localização com desenvolvimento sustentável, igualitário e incluyente que garanta a qualidade de vida nas dimensões local, regional e global. A tônica deste novo paradigma está na afirmação dos direitos humanos como constitutivos da cidadania, e o seu eixo é a perspectiva multicultural.

Neste sentido, a cidadania multicultural não deve ser considerada como um suplemento a ser acrescentado a cidadania comum. Ao contrário, afirmamos que não é possível alcançar cidadania alguma, como conjunto de virtudes cívicas, sem que as sociedades capitalistas contemporâneas e as democracias neoliberais resolvam o problema da cidadania democrática multicultural.(SACAVINO, 2001) A cidadania democrática multicultural baseia-se em uma filosofia anti-racista, anti-sexista e anti-classista, e deve ser promovida na escola, na família, nas igrejas, nas organizações e grupos sociais, especialmente nos ambientes em que as novas gerações são socializadas e nas diferentes formas e espaços de educação para a cidadania.

Segundo Sousa Santos (2002), este processo de construção da cidadania democrática multicultural está intimamente relacionado com a afirmação da sociedade civil, e neste âmbito é importante levar em conta dois princípios fundamentais.

O primeiro se refere aos níveis de articulação das lutas nas escalas local, nacional e global. Não se deve privilegiar uma dimensão em detrimento das outras, e sim saber lutar na perspectiva global no plano nacional, na nacional no plano local, dado que, como já afirmamos, o nacional e o global também são locais e vice-versa.

O segundo princípio importante é o da unidade na diversidade. Em decorrência dos efeitos da globalização, cada vez mais vivemos em um mundo que é uno e, ao mesmo tempo, diverso. O mundo único convoca-nos a afirmar o princípio da igualdade, embora os efeitos da globalização capitalista reforcem cada vez mais um mundo extremamente desigual. Por outro lado, a diversidade, em suas diferentes dimensões, também se evidencia mais. E esta realidade nos desafia no sentido da afirmação do princípio da diferença. Do ponto de vista da construção da cidadania entendida como “direito de ter direitos” (Hannah Arendt), a articulação desses dois princípios é fundamental. O princípio da igualdade exige uma redistribuição de direitos em muitas dimensões que continuam sendo importantes, o que exige especialmente muita luta social e política. O princípio da diferença exige o reconhecimento e o tratamento igualitário das diferenças, permitindo assim afirmar “que temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SOUSA SANTOS, 1995).

Outra característica desta forma de ser cidadã/o consiste em reforçar as diversas formas de intervenção que constroem uma cidadania ativa, no intuito de modificar o paradigma dominante da cidadania passiva neoliberal, que consiste em votar a cada determinado número de anos. A cidadania ativa inclui o voto, mas significa muito mais. Significa apostar no papel protagônico dos movimentos e organizações da sociedade civil, que assumem a vontade política de atuar no sentido oposto ao caminho deste modelo de globalização e das políticas neoliberais. Significa apostar na idéia de participação crítica e na construção da cidadania planetária como processo de reconhecimento e afirmação de uma esfera pública democrática.

Nesse contexto, formar educadores/as lúcidos/as, comprometidos/as, agentes culturais para educar em/para os direitos humanos é um grande desafio e uma oportunidade que temos em nossas mãos de conjugar coletivamente o verbo “reinventar”, que foi lançado no início deste texto. Reinventar o horizonte de sentido, reinventar uma maneira de fazer e reinventar uma forma de ser a partir da ótica de um projeto de democracia e cidadania emancipatórias.

## **REFERÊNCIAS**

GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

HOUTART, F. e POLET, F. (coords). **El Otro Davos. Globalización de resistencias y de luchas**. Madrid: Editorial Popular, 2001.

PINSKY J. e PINSKY, C. (orgs). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

SACAVINO, S. Direitos Humanos no Século XXI: tensões e desafios. In: **Construindo a Cidadania: desafios para o século XXI**. Capacitação em Rede”. Recife: Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001.

\_\_\_\_\_ “Desafios y Posibilidades de la Ciudadanía Global”. **Revista Somos**. Nº 2, Invierno/2002. Madrid (España).

\_\_\_\_\_ Movimento de Educadores/as em Direitos Humanos na Educação Básica. In: SACAVINO, S. e CANDAU, V. (orgs) **Educação em direitos humanos**: temas, questões e propostas. Petrópolis: DPetalli, 2008.

SAID, E. “O humanismo ou a barbárie”. **Le Monde Diplomatique**. Edição brasileira, Nº 44, 2003.

SOUSA SANTOS, B. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_(org) **A Globalização e as Ciências Sociais**. S. Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_ **Cuáles son los límites y posibilidades de la ciudadanía planetaria?** [www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br). Acesso em 10 jun.2008

SEOANE, J. e TADDEI, E. (orgs) **Resistências Mundiais**. De Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001.

TEIXEIRA, E. **O local e o Global**. Limites e desafios da participação cidadã. S.Paulo: Cortez, 2001.